

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE CT-SAÚDE/CIF

No dia dezoito do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e quinze minutos, em ambiente virtual, pela plataforma TEAMS, teve início a **34ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Verificado o quórum de instalação, o coordenador, sr. Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **parte restrita** da 34ª reunião ordinária com participação dos membros da CT-Saúde, comissão de atingidos e convidados como detalhado a seguir. A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Da lista de presença constam: Gian Guglielmelli (SES/MG); Paloma Gerzeli Pitre (FGV/MPF); Luciana Oliveira (ASPERQD); Alice Matos (SRS/GV); Rita Daniela Medina (FGV/MPF); Felipe Nisiyama (Ministério da Saúde); Aline Pacheco (AEDAS); Canuta Rosa de Salles Barbosa Neta (Pref. Belo Oriente/MG); Noelita Almeida (Pref. Linhares/ES); Augusto Marchon Zago (Pref. De Colatina); Luiza Surita Pires de Almeida; Marilene Romão Gonçalves (SMS Mariana/MG); Luísa Vitral (Rosa Fortini); Eder Novaes (SRS Coronel Fabriciano); Sergio Rossi (RAMBOLL/MPF); Thais Cavendish (Ministério da Saúde); Rodrigo Leite (Pref. de Rio Doce); Thaliana Piovezana (Rosa Fortini); Raquel Gonçalves (Pref. Barra Longa); Silvia Reis (Ministério da Saúde); Cristiany Pietro (SETADES); Simone Silva (Comissão de atingidos); Jadilson Oliveira (CRQ Degredo); Dandara Silva Cabral (ASPERQD); Ana Arias (FGV/MPF); Roberto Laperriere (SESA/ES); Roberta Tatiany Nogueira e Silva (Pref. De Colatina); Ana Beatriz Souza (SES/MG); Micheline (SES/MG); Antônio Áureo (Comissão de Atingidos de Rio Doce); Juliana Narcisio de Oliveira (Fundação Renova); Izabel dos Santos Oliveira (ASPERQD); Cláudia Laureth (FLACSO); Marcello Sacco (E&Y); Mirla Rodrigues Silva (Fundação Renova); Eva Adriana Costa Gazoni (Fundação Renova); Wagner Elísio Tonon (Fundação Renova); Fernanda Gomide Viegas (Fundação Renova); Lúcia Maria de Oliveira Paula (Comissão de atingidos); Luciana Souza de Oliveira (Comissão de atingidos); Paula Cambraia de Mendonça Vianna (Fundação Renova); Kelly Cavalete Cardoso (Fundação Renova); Anderson Almeida Pacheco (Fundação Renova); Antônio de Pádua Matheus (Fundação Renova); Juliana Novaes Carvalho Bedoya (Fundação Renova); Flávia Cunha (E&Y); Maxsuell Mendes Gonçalves (Fundação Renova); Viviane Aguiar (Fundação Renova); Maralise Moreira de Paula Rodrigues; Ana Beatriz (SRS/PNO); Simone Nunes; Ronize Gomes Do Nascimento (Fundação Renova); Moara Menta Giasson (SECEX/CIF); Izabel dos Santos Oliveira (ASPERQD); Mariana D'Orey Gaivão Portella (LACTEC/MPF); Marcelo Kokke Gomes (AGU/IAJ/CIF); Carlos Anselmo Costa Cenachi (Fundação Renova); Brígida Gusso Maioli (Fundação Renova).

A discussão é interna para alinhamento das discussões e desta registro o seguinte:

Parte Restrita - dia 18/08	
Pauta	Discussão
Aprovação das Atas da 21ª, 22ª, 23ª, 26ª, 27ª e 28ª Reunião Ordinária	<p>Registro que a coordenação solicitou dispensa da leitura das referidas atas. Registro que houve considerações à Minuta de Ata da 27ª RO da CT-Saúde.</p> <p><u>O secretariado solicitou a retirada da aprovação da 27ª RO da CT-Saúde para ajuste das considerações. Registro aprovação, sem ressalvas, das Atas da 21ª, 22ª, 23ª, 26ª e 28ª Reuniões Ordinárias da CT-Saúde.</u></p>
Encaminhamento E34.1	O secretariado deverá encaminhar para publicação as atas aprovadas nesta reunião.
	Alice Matos fez breve relato da reunião intercâmaras com a participação da CT-SHQA. Disse que já aconteceram dois encontros e que a proposta é que seja elaborado um boletim que abrangesse os

<p>Repasse e Aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reunião Intercâmaras com a CT-SQHA</p>	<p>dados coletados do PMQACH de água tratada e água bruta. Questionou qual seria os próximos passos após a solicitação ao MPF quanto ajuda dos experts da Ramboll. Em resposta, Sergio Rossi informou que o MPF está à disposição para dar suporte na elaboração da planilha excel para qualquer suporte nos dados encontrados. Acrescentou que a ideia é que o GT-Água se reúna para início das tratativas. Registro que foram apresentadas considerações pontuais às minutas que serão acrescidas antes da publicação.</p> <p><u>Registro aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reunião Intercâmaras com a CT-SQHA.</u></p>
<p>Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária</p>	<p>Sérgio Rossi apresentou considerações à Ata. Após apresentação pontual, registro que a coordenação solicitou dispensa da leitura. Registro que foram apresentadas considerações pontuais às minutas que serão acrescidas antes da publicação.</p> <p><u>Registro aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária.</u></p>
<p>Encaminhamento E34.2</p>	<p>O representante da RAMBOLL/MPF (Sérgio Rossi) deverá encaminhar o arquivo com as considerações às Atas.</p>
<p>Recomposição dos Grupos de Trabalho</p>	<p>Registro a indicação de Noelita Almeida (pref. Linhares), Roberta Nogueira (pref. de Colatina), Felipe Nisiyama (MS) para compor o GT-Estudos. A coordenação destacou que as novas representações objetivam continuidade dos trabalhos da CT e dos grupos de trabalho. Houve discussão quanto a composição dos Grupos de Trabalho. A coordenação apresentou uma planilha com a disposição dos membros nos GTs. Representantes dos atingidos e assessorias técnicas solicitaram participação nas reuniões do GTs.</p> <p>A discussão se prolongou e em suma ficou acordado que quando as reuniões dos Grupos de Trabalho são restritas à participação dos membros da Câmara Técnica, de forma que os momentos de elaboração de documentos nos GTs sempre são restritos a participação dos membros, mas em momentos de discussão no GT, poderá ser estendido o convite aos atingidos e assessorias.</p> <p>Registro que os documentos elaborados pelos grupos de trabalho não são aprovados pelos membros do GT, mas sim nas reuniões ordinárias da CT, em que há participação irrestrita de atingidos e assessorias técnicas, que podem contribuir nas discussões.</p>
<p>Encaminhamento E34.3</p>	<p>A coordenação deverá encaminhar aos membros a lista de composição dos GTs.</p>
<p>Encaminhamento E34.4</p>	<p>O secretariado deverá enviar aos membros a lista atualizada dos membros da CT-Saúde.</p>
<p>Escopo do Programa – versão Abril/2020</p>	<p>Cristiany Pietro destacou que o GT se reuniu e está trabalhando na NT que deverá fechar no dia 19/08.</p>
<p>Repasse da reunião Intercâmaras e Minuta de Nota</p>	<p>Sergio Rossi fez um breve relato da reunião. Destacou que a NT proposta na reunião refuta as ponderações de nexos causal defendido pela Fundação Renova como pilar para reparação. Alice Matos disse que a FR destacou que não há uma série histórica que comprove os danos nas terras indígenas. Disse que a contribuição da CT é incluir pontos de monitoramento dentro do PMQACH para ter uma série histórica de todos os parâmetros. Informou que a CT-SQHA se disponibilizou para dar suporte nas análises da água. Após as</p>

<p>Técnica Intercâmaras CT-Saúde/CT-IPCT/GRSA/SHQA</p>	<p>considerações, o coordenador questionou se há alguma consideração à NT enviada pela CT-IPCT.</p> <p>Alice Matos solicitou a disponibilização da citação “Duarte, 2020”. Canuta Rosa solicitou que a coordenação reencaminhe o pedido de apresentação do Plano de Ação do município de Belo Oriente para a 47ª RO do CIF. A coordenação da CT disse que fará a solicitação, mas ponderou que o município deve buscar articulação com os prefeitos para que solicite diretamente ao CIF a inclusão do ponto.</p>
<p>Encaminhamento E34.5</p>	<p>A coordenação deverá encaminhar as considerações à NT da Intercâmaras.</p>
<p>Encaminhamento E34.6</p>	<p>A coordenação deverá enviar solicitação de pauta para a 47ª RO do CIF para apresentação do Plano de Ação do Município de Belo Oriente.</p>
<p>Coletas do PMQACH (época de pandemia) e digitação no SISAGUA;</p>	<p>Alice Matos destacou que atualmente existem 56 pontos de coleta dentro do PMQACH, lembrando que esta diminuição é devido a pandemia. Além disso, a equipe da FR envia o cronograma de coleta sempre com antecedência. Pediu que os municípios lembrem de baixar os laudos e a planilha Excel no SharePoint e digitar no SISAGUA. Destacou a importância de atualizar os dados no SISAGUA, e lembrou que deve colocar o “FR” na frente do número do laudo para constatar que a análise foi realizada pela Fundação Renova. Disse que se alguém tiver problema nas coletas, digitação no SISAGUA, e ou SharePoint, que pode procurá-la que está à disposição para dar suporte.</p> <p>Raquel Gonçalves disse que o município de Barra Longa ainda está enfrentando dificuldades com a coleta de água pois a Copasa diz que não pode atuar por conta da pandemia.</p>
<p>Plano de Manejo de Rejeitos de Barra Longa</p>	<p>Felipe Nisiyama contextualizou a discussão do Plano de Manejo de Rejeitos de Barra Longa. Disse que participou de uma reunião com a CT-Rejeitos para avaliação do Plano de trabalho enviado pela Fundação Renova para Manejo de Rejeitos de Barra Longa, informou que a CT-GRSA elaborou NT para orientação do plano de manejo. Destacou que a reunião não aconteceu a contento. Raquel Gonçalves reforçou a necessidade de discussões intercâmaras para compartilhamento das informações. Sergio Rossi questionou qual o status da NT da CT-Rejeitos.</p> <p>O coordenador disse que a NT ainda não foi levada ao CIF e que acredita que ainda está em fase final de produção. Considerou que é temerário apontar o que deve ser feito com o rejeito, destacou a necessidade de estudos para avaliação da complexidade da ação ainda, que deve ser incluir o estudo de risco à saúde humana. Reforçou a necessidade de reunião com as CTs de interface para busca conjunta de construção da melhor forma para tratar o tema. <u>A representante da AT AEDAS registrou que é importante que os atingidos com sua assessoria técnica sejam chamados para as reuniões intercâmaras.</u></p>
<p>Encaminhamento E34.7</p>	<p>A coordenação deverá articular reunião intercâmaras com a CT-Rejeitos para discussão do Manejo de Rejeitos.</p>

<p>Aprovação do 1º Relatório Semestral do PMQACH – versão junho/2020</p>	<p>A coordenação ponderou que o GT analisou o relatório e este foi considerado “de acordo” e por esta razão poderá ser publicizado. <u>Registro que a CT considerou aprovado o 1º Relatório Semestral do PMQACH – versão junho/2020.</u></p> <p>Alice Matos destacou que o relatório é o primeiro no molde semestral e o próximo será anual. Acrescentou que o relatório apresentado está em sua 3ª versão. Luciana Oliveira registrou a importância da disponibilização dos documentos. Jadilson Oliveira reforçou a fala da assessoria. A coordenação informou que sempre que os documentos estiverem finalizados serão disponibilizados, ainda que solicitou manifestação formal à SECEX para formalização do fluxo de disponibilização dos documentos aos atingidos.</p> <p>Na sequência a coordenação fez leitura da NT que aprova o relatório semestral do PMQACH. Alice Matos registrou a importância de finalização dos documentos somente após serem disponibilizados no HOTSITE.</p> <p><u>Levada a deliberação, registro aprovação da NT que aprova 1º Relatório Semestral do PMQACH – versão junho/2020.</u></p>
<p>Capacitações PMQACH</p>	<p>A coordenação solicitou o alinhamento da discussão. Alice Matos informou que recebeu relato de alguns municípios que estavam havendo problemas nas coletas e quando chegava os resultados a interpretação não estava a contento. Disse que levou essa informação à Fundação Renova solicitando capacitação para análise dos dados dos resultados e de outros assuntos dentro do PMQACH, mas que devido a pandemia ficou paralisada. Disse que retomou contato com a FR para início das capacitações on-line, e em resposta a FR informou que está em processo de contratação.</p>
<p>Escopo do Programa – versão Abril/2020</p>	<p>A coordenação fez a leitura da Minuta de Nota Técnica sobre o Escopo do Programa. Na sequência, os membros fizeram considerações à NT. Sergio Rossi questionou que da aprovação da NT esta será encaminhada ao CIF, solicitou que a coordenação informe aos membros quais as pautas que a CT irá levar à discussão na próxima Reunião Ordinária da CIF. A coordenação informou que essa NT sendo aprovada nesta reunião, será realizada a solicitação de pauta ao CIF, que é quem define a pauta. Registrou a solicitação de aprovação das NTs que serão apresentadas na reunião Levada à deliberação, registro aprovação da NT de 2020 da CT-Saúde.</p>
<p>Encaminhamento E34.8</p>	<p>A coordenação deverá enviar para conhecimento dos membros as pautas que irão à discussão na próxima reunião ordinária do CIF.</p>

Tendo encerrado a discussão, o coordenador, Gian Gabriel Guglielmelli, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a **parte restrita** da 34ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, às dezesseis horas e trinta e minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte.

No dia dezoito de agosto do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e dez minutos, em ambiente virtual, pela plataforma TEAMS, foi retomada a **34ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos

referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Verificado o quórum de instalação o coordenador, Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **parte pública** 34ª Reunião Ordinária com participação dos membros da CT-Saúde, comissão de atingidos, assessorias técnicas, representantes da Fundação Renova e convidados como detalhado a seguir. A reunião foi gravada e transmitida pelo youtube e pode ser acessada no seguinte link: <https://youtu.be/l67Sb9QZ99s> .

Da discussão registro o seguinte:

Parte Pública - Pauta dia 19/08	
Pauta	Discussão
Aprovação do 1º Relatório Semestral do PMQACH – versão junho/2020	<p>A coordenação registrou a preocupação com os moradores de Paracatu de Baixo, que não manifestaram interesse em sair da localidade e como ficará a questão da água tratada fornecida pelo sistema do SAAE Paracatu de Baixo, mas que a versão do relatório apresentada em junho contempla todas as especificidades solicitadas pela CT-Saúde. Registrou ainda que o documento será remetido ao CIF solicitando aprovação do documento.</p> <p><u>Registro que a CT aprovou o relatório semestral do PMQACH.</u> Juliana Bedoya ponderou que a FR faz o monitoramento do sistema de Paracatu de Baixo e que a CT-SHQA faz o acompanhamento, assim sugeriu que a CT dialogue com a CT-SHQA.</p>
Encaminhamento E34.9	A coordenação deverá enviar ofício à CT-SHQA solicitando informações sobre o acompanhamento do monitoramento do sistema de abastecimento do SAAE Paracatu de Baixo.
Avaliação da 46ª RO do CIF	O coordenador fez breve relato da primeira reunião em formato virtual do CIF. Destacou a deliberação nº 416, com base na Nota Técnica nº 37 de autoria da CT-Saúde, que apresentava a rejeição das equipes dedicadas ao longo da bacia. Acrescentou que houve manifestação do sr. Marcelo Kokke, representante da AGU que atua na equipe do IAJ do sistema CIF, disse que as questões judicializadas não deixam de ser debatidas no âmbito das CTs, não podendo a Fundação Renova se escusar à discussão.
Capacitações PMQACH	Paula Cambraia disse que o processo está em andamento de tratativas internas, registrou que serão abordados 10 temas na capacitação e o PMQACH estará dentro do programa. Registrou que já fez alinhamento com a equipe da sra. Juliana Bedoya para revisão do tema para que reporte aos municípios as informações necessárias para os municípios. Registrou que há previsão de encerramento do processo concorrencial até o final de setembro deste ano, assim que finalizar essa etapa se reunirão com a empresa vencedora para alinhamento e início do processo.
Pronunciamento dos Atingidos	Simone Nunes, representante dos atingidos de Goiabal, perguntou como estão os planos de Ação em Saúde do município de São José do Goiabal. A coordenação informou que ainda não recebeu o plano. Acrescentou que o município pode procurar a regional para ter maiores informações. Luciana Andrade disse que a ASPERQD solicitou a disponibilização dos documentos às comissões de atingidos e assessorias técnicas. Disse que há algum tipo de impedimento e que até o momento não recebeu a resposta da solicitação.

Pronunciamento dos Atingidos

Moara Menta disse que recebeu do coordenador da CT-Saúde a demanda apresentada pela ASPERQD, disse que a questão está sendo avaliada junto com o procurador. Lembrou que a participação das assessorias se dá por indicação das pessoas atingidas, e que toda a documentação que será discutida nas reuniões é repassada para os membros da CT e as assessorias não são membros da CT, e por esta razão essa comunicação está sendo avaliada pelo setor jurídico e assim que tiverem uma resposta será comunicada. Destacou que a disponibilização de documentos públicos da CT está disponível no processo de cada CT no sistema SEI e que os documentos são disponibilizados no site quando aprovados pela CT.

Luciana Andrade reiterou o pedido de envio prévio dos documentos aos atingidos e assessorias para garantia da participação. Moara Menta respondeu que a discussão sobre os assuntos é feita durante a reunião em que há participação dos atingidos, reforçou que o envio prévio dos documentos é somente para os membros.

Luciana Souza registrou que os atingidos de Regência e Entre Rios não estão tendo acesso aos GTs da CT-Saúde e corroborou com a fala da representante da ASPERQD. Jadilson Oliveira reforçou a necessidade de acesso prévio a documentos, citou como exemplo o relatório dos estudos de Degredo, considerou que são informações relevantes e que a comunidade precisa ter acesso. Moara Menta disse que as matérias são disponibilizadas após apresentadas pela CT e aprovadas no CIF. Registrou que o documento prévio que a CT precisa divulgar é a pauta, com os temas que serão discutidos, com até 05 dias de antecedência da reunião, conforme consta no regimento da CT/CIF. Disse que as pessoas atingidas e assessorias técnicas não são membros e não têm direitos e deveres de um membro. Ressaltou que os membros têm responsabilidade técnica e por este motivo constroem em conjunto os documentos que serão discutidos. A discussão se prolongou.

Sobre a participação dos atingidos e assessorias nos GTs, a secretária da CT-Saúde registrou que na parte restrita da reunião essa questão foi levantada e que em suma os coordenadores dos GTs acordaram que havendo necessidade de discussão ampla será enviado convite para participação, mas as reuniões para elaboração de documentos técnicos contarão somente com a participação dos membros dos GTs. Reforçou que nenhum documento é fechado e aprovado nos GTs, mas sim elaborado para discussão no âmbito CT com a participação irrestrita de atingidos e assessorias técnicas. Registrou que os documentos que não estão publicizados no site do IBAMA/CIF são os que não foram apreciados no CIF, devido a pandemia algumas pautas da CT ficaram paradas aguardando o retorno das reuniões do CIF, mas que tão logo sejam apresentadas e aprovadas no CIF serão disponibilizados no processo eletrônico da CT-Saúde. Registrou que a pauta dessa reunião foi disponibilizada no dia 07/08.

Moara Menta lembrou que, conforme leciona o regimento interno das câmaras técnicas, as assessorias e atingidos são participantes e não membros das CTs, assim documentos que são minutas não serão compartilhados, em sendo documentos finalizados, disse entender que é pertinente o compartilhamento desde que não sejam sigilosos. Informou que o regimento interno das CTs está disponível no site do

Pronunciamento dos Atingidos

IBAMA e considerou importante que as assessorias o consultem, registrou que o documento é bem claro ao informar como se dá a participação dos atingidos e assessorias técnicas nas reuniões das CTs. Frisou que as minutas de documentos são de responsabilidade dos membros das CTs que se responsabilizam tecnicamente por eles. Ainda, que no momento da reunião é o momento de manifestação dos atingidos e assessorias e as manifestações constam em ata e não nos documentos elaborados pelos membros da CT.

Marcelo Kokke reforçou a importância de materializar o TTAC para que discussões como essas não continuem. Houve registro no chat questionando sobre a indicação de atingidos, prevista no TACGov, para compor o quadro de membros da CT, em resposta Moara Menta disse que essa indicação de atingidos não deve partir das assessorias, é necessário criar as câmaras regionais e que as assessorias estejam plenamente em funcionamento para que possam se organizar e indicar dois membros e dois suplentes, que podem ser acompanhados pelas assessorias, para cada CT, registrou que as indicações não podem sair de uma assessoria, as assessorias não podem se auto-indicar e nem um grupo de atingidos. Quando for formalizada a participação os indicados passam a ter os direitos e deveres de membro.

Marcelo Kokke registrou que a fala da secretária executiva do CIF é fiel com o que temos hoje, ponderou que há mais de um ano estão participando de reuniões com a finalidade de cumprir o TACGov, disse que numa reunião o MP se dispôs em dar apoio para que efetivação das indicações de atingidos para composição do quadro de membros das CTs. Fez um apelo para que o TACGov e TTAC sejam materializados para cumprimento dos regimentos e participação efetiva dos atingidos em toda a instância do sistema CIF.

A coordenação solicitou que o representante do IAJ se manifestasse sobre a discussão da 46ª RO do CIF que versou sobre os temas judicializados dentro das CTs. Marcelo Kokke ponderou que CT e CIF podem decidir sobre temas que não estejam em superposição com a decisão do juiz, mas os representantes da Fundação Renova não podem se negar a continuidade das discussões e apresentação de propostas que podem ser tratadas na esfera administrativa e levadas à esfera judicial. Destacou que o principal fator de crítica colocado pela AGU, MPMG, DP, AGE/MG, PGE/ES é que não há nada em si contra o estudo da AMBIOS, mas que precisa ser suplementado pois há uma série de lacunas nele. Ponderou que a discussão na esfera judicial pode levar anos e anos, mas a pretensão é articular todas as contribuições dos membros da CT-Saúde, com todo embasamento da área técnica vinculada à ecologia e a biologia para que “se tampe todos os hiatos”. Registrou que o que nenhum membro da AGU quer é que esses estudos vão para judicialização para discutir assuntos que poderiam ser discutidos no âmbito CT/CIF, disse que estão trabalhando para que haja interlocução para que o trabalho seja bem feito. Destacou que em momento algum houve interesse em descredenciar em si avaliações, mas o que se almeja é integrar, demonstrar e suprir pontos de crítica.

Thaís Cavendish, pontuou que a judicialização é uma questão complexa, com decisões de instâncias diferentes. Questionou como

Pronunciamento dos Atingidos

está a situação da continuidade dos estudos da AMBIOS após a manifestação apresentada pela CT.

Marcelo Kokke respondeu que há um agravo para ser julgado em definitivo pelo TRF. Registrou que o que há em comum acordo é que não há Gaisma, disse que todos os núcleos de CT apresentaram a rejeição e esta foi validada pelo CIF, e o que temos hoje é um debate articulado entre saúde e ecologia. Ponderou que os estudos terão rótulos, independentemente de ser ou não da AMBIOS, os estudos devem ser continuados e serem suficientes para os atingidos. Destacou que, no estágio processual atual, temos a análise dos documentos que foram protocolados pelo CIF e que seguirão para análise ecológica.

Thaís Cavendish ponderou que as metodologias de risco à saúde humana e riscos ambientais são distintas, que na avaliação apresentada pela CT constou a análise de diretrizes do MS respeitando as políticas de saúde e meio ambiente. Simone Silva destacou a luta dos atingidos ao longo dos 05 anos desde o rompimento, disse que o maior desejo dos atingidos é poder ocupar os espaços que foram criados para participação efetiva deles sem que sejam ameaçados pela Fundação Renova. Relatou que foi ameaçada pessoalmente, em uma reunião dois representantes da Fundação Renova a ameaçaram e que há pessoas atingidas que presenciaram a investida. Destacou que para os atingidos ocuparem os espaços é necessário que as assessorias estejam constituídas em todos os territórios para que não sejam “engolidos” como têm sido ao longo desses 05 anos. Pediu ao representante da AGU que pudesse ir aos territórios para conhecer a luta dos atingidos.

Marcelo Kokke se solidarizou com a fala da representante dos atingidos, disse que o papel da AGU é diferente do MP e da DP e quem pode atuar com os atingidos e assessorias técnicas auxiliando nos debates e buscando materialização dos direitos é a DP e o MP, a AGU não tem essa atribuição de legitimidade. Esclareceu que o papel da AGU é o da operacionalidade, na busca para que o TACGov seja implementado. Sergio Rossi destacou a recusa da Fundação Renova em debater os pontos judicializados, disse que isso passa a ser um problema para a CT, pois em alguns itens o juiz determinou a manifestação do sistema CIF para subsidiar a manifestação e decisão do juiz.

Marcelo Kokke disse que a ideia dos eixos é verticalizar a discussão e tornar mais fácil seu entendimento e se a Fundação Renova entende que uma discussão não pode ser continuada, deve indicar de forma precisa o impedimento e não responder com uma negativa geral. Registrou que não há sustentação da Fundação Renova em negar documentos, informações e nem em sair do debate, pelo contrário, está evidente que a CT não está de pés e mãos atadas, e reforçou que não há justificativa para negação total da FR para discussão.

Carlos Cenachi disse que concorda que nem tudo está judicializado e, portanto, podem continuar a discussão da CT, e que esse processo está sendo de aprendizado para todos, disse quem têm sido um grande desafio é entender o que está no âmbito da CT e o que está no âmbito da 12ª Vara Federal debater, mas que estão fazendo um exercício para tornar as discussões salutares. Disse entender que os

Pronunciamento dos Atingidos

temas judicializados, quando tratados na CT devem ser mais no caráter de construção e não de decisão.

Marcelo Kokke questionou ao representante da Fundação Renova se podem acordar que não haverá mais negativas de prestação de informações, de fornecimento de documentos e, quando visualizarem que há colidência que especifiquem no momento da manifestação. Carlos Cenachi reiterou o quão desafiador é o discernimento de quando uma discussão pode seguir no âmbito CT ou judicial. Disse que enquanto se está elaborando uma resposta para o juízo da 12ª Vara não há como debater na CT, a partir do momento que ele for construído e apresentado é possível sim trazer o tema a debate, apresentar a resposta e prestar maiores esclarecimentos.

Marcelo Kokke disse que é necessário evitar o abstrato do tudo ou nada e propôs assim: que não haverá mais negativa abstrata, que se houver negativa esta será construída e motivada para o caso concreto. O representante da Fundação Renova manifestou positivo e firmou que sempre que houver negativa indicaremos que a negativa se dá devido o tema está sendo tratado no âmbito da 12ª Vara.

A coordenação ponderou que a deliberação CIF nº 347 estabelece que os documentos que forem protocolados nos autos da ação judicial, especificamente do eixo 2, devem ser protocolados junto ao CIF, questionou se podem ser remetidos diretamente à CT. Carlos Cenachi disse que todas as manifestações enviadas ao juízo da 12ª Vara são protocoladas na SECEX, em cumprimento a decisão judicial e a deliberação CIF e ficam disponíveis no site do IBAMA. Marcelo Kokke considerou que o processo é eletrônico e não haveria custos para atender à solicitação da coordenação, sugeriu acordar que o protocolo seja enviado também à CT, Carlos Cenachi ponderou que não é tão simples assim, é uma questão operacional.

Marcelo Kokke ponderou que a inclusão do e-mail da CT-Saúde nas comunicações protocoladas no juízo da 12ª Vara não seria um problema operacional e solicitou esclarecimento acerca do impedimento. Carlos Cenachi reforçou que as orientações estão sendo atendidas, os documentos são enviados à SECEX. Registro que após amplo debate o representante da Fundação Renova acordou que os documentos protocolados em juízo sobre o eixo 2 serão enviados para a SECEX copiando a CT-Saúde.

Sergio Rossi ponderou que há uma recusa em concreto da Fundação Renova em enviar os estudos de avaliação de risco realizado em Linhares/ES. Destacou que a questão estava incluída na discussão do eixo prioritário 2, mas foi retirado pois a Fundação Renova concordou em enviá-lo para o governo do Espírito Santo, mas o que a secretaria do Espírito Santo recebeu foi uma versão preliminar do estudo e até o momento não teve acesso a íntegra do relatório do estudo realizado pela AMBIOS. Disse que a FR alegou que a questão estava judicializada, depois disse que só apresentaria após elaboração do relatório de consolidação. Ponderou que as alegações entram em conflito com o rito judicial e implica nas atividades da CT. Wagner Tonon informou que o relatório dos estudos da AMBIOS foi apresentado na CT-Saúde e que informações técnicas sobre os estudos foram apresentadas ao juízo da 12ª Vara. Declarou que estão sendo feitos estudos complementares buscando trazer informações

Pronunciamento dos Atingidos

que atendam as diretrizes do Ministério da Saúde. Considerou que a questão do Gaisma já foi superada, mas que estão em busca de uma forma de otimizar o processo. Disse que não se tinha uma decisão sobre os estudos de riscos à saúde humana a ser seguida, havia um conjunto de dissensos apresentados pela CT, Fundação Renova e outros entes, mas como foi posto no âmbito da 12ª Vara e estava aguardando o direcionamento e encaminhamentos do juízo competente. Relatou que quando estavam elaborando a resposta à decisão judicial, houve conhecimento da manifestação da desembargadora e hoje a Fundação Renova está seguindo a decisão proferida pela magistrada, nesse contexto, os estudos das áreas do município de Linhares/ES e grande parte dos pontos que demandavam esclarecimentos avançaram e serão enviados para o CIF e ao 12ª Vara um compilado com todos os estudos. Frisou que não será somente um estudo, será disponibilizado um relatório técnico e todos os estudos que foram realizados com análise técnica e discussão técnica visando dar efetividade aos estudos e havendo dúvidas poderão ser esclarecidas.

Marcelo Kokke destacou que o IAJ aguarda a disponibilização dos documentos informados pelo representante da FR, disse que os documentos serão disponibilizados as ATIs. Reforçou a disponibilidade do IAJ para dar apoio a uma manifestação mais precisa. Sergio Rossi solicitou pactuação para envio dos estudos, Wagner Tonon disse que os estudos serão disponibilizados ainda no mês de agosto. Luciana Oliveira registrou que as comissões de atingidos corroboram com os estudos realizados pela AMBIOS. Frisou que as comunidades não aceitam que outra empresa entre nos territórios contestando o estudo já realizado. Marcelo Kokke disse que a AGU atua para deixar o processo sólido para evitar futuros questionamentos e judicialização.

Thaís Cavendish criticou a necessidade de ouvir tantos outros técnicos e empresas sendo que a instituição constituída pelo país para dar esse tipo de avaliação já o fez. Reiterou a disposição para reesclarecer quantas vezes mais forem necessárias, por escrito e em discussões da CT. O coordenador fez a leitura da manifestação registrada no chat, na qual a representante da prefeitura de Mariana que questionou o representante da AGU/IAJ sobre qual a direção que deve ser seguida pelos municípios de Mariana e Barra Longa que já tem estudos concluídos e validados. Marcelo Kokke frisou que os estudos da AMBIOS não estão validados, sendo necessário ouvir os membros da CT-Saúde e representantes do Ministério da Saúde para dar robustez aos estudos, evitando possíveis questionamentos e judicialização.

Daniela Medina ponderou que “entrar na armadilha” de contratar outra empresa que possa questionar os estudos já realizados é um indício de que pode nunca se ter fim. Destacou que a publicação de estudos é o início de uma discussão sobre o assunto e isso não invalida os estudos. Marcelo Kokke disse que há questionamentos ambientais a serem respondidos, ponderou que as respostas aos questionamentos se fazem necessário para “amarrar” e solucionar questões em esfera administrativas que possam gerar demora no âmbito judicial.

Pronunciamento dos Atingidos

Marilene Romão disse que o estudo da AMBIOS foi apresentado em novembro de 2019 e o plano de ação em saúde do município foi refeito em atenção às propostas de alterações que foram sugeridas pelo estudo. Ponderou que não entendeu qual o posicionamento que permeia, se deve permanecer com as recomendações. Marcelo Kokke disse que há discussões sobre a necessidade de complementar os estudos, mas não há nenhum ato administrativo ou judicial impedindo ou invalidando o estudo.

Moara Menta disse que todos os estudos devem ser avaliados na CT e submetidos ao CIF para apreciação antes de terem as ações iniciadas, e neste caso o segundo passo não foi feito e por este motivo não há validação do sistema CIF para os planos de ação em saúde dos municípios de Mariana e Barra Longa. Marilene Romão registrou que a CT já havia elaborado NT sobre a realização desses estudos e já encaminhou à SECEX. Moara Menta declarou que o CIF ainda não recebeu da CT o pedido de pauta para aprovação dos referidos planos municipais. A coordenação informou que o plano de Barra Longa tem a deliberação CIF nº 252, e o de Mariana não foi enviado ao sistema CIF, mas há NT que foi elaborada na avaliação preliminar ao estudo e tem outra NT que foi elaborada na reunião de fevereiro que também não traz a avaliação do estudo, mas solicita a continuidade dele. Marilene Romão ponderou que o estudo foi aprovado por NT, foi apresentado para os atingidos e reiterou o questionamento de como fica a questão da continuidade da execução do plano e cobrou posicionamento da coordenação.

Marcelo Kokke reafirmou que não há nenhuma decisão judicial ou administrativa que macule ou invalide o estudo, mas necessita de chancela do CIF para efetivação. Marilene Romão disse que houve a necessidade de apresentação do plano para os atingidos e por isso não foi seguido o fluxo normal.

Thaís Cavendish considerou que é necessário firmar prazo para apresentação do ponto de pauta no CIF para apresentação da NT final de avaliação dos estudos. Disse que assim que receber a fase final com os estudos de Linhares/ES a NT será fechada, registrou que até o momento não recebeu os estudos, e será submetida ao CIF. Cobrou urgência no processo. Marcelo Kokke disse que além da CT-Saúde é necessário ouvir a outra CT que se interligam. Questionado de quais CTs que receberam os questionamentos do IAJ, o coordenador disse que a discussão está somente na CT-Saúde, mas na remediação ambiental é necessário ouvir a CT que discute o tema. Registrou que essa discussão será pautada como prioridade no GT-Estudos. Marcelo Kokke acrescentou que é necessário ouvir a CT-Rejeitos para que possam indicar possíveis pontos de complicações, e esta ação foi feita no despacho nº233/2020, em 16/07/2020.

Sergio Rossi ponderou que um estudo que é feito com base na avaliação de riscos à saúde humana deve seguir as diretrizes do Ministério da Saúde, as recomendações devem atender às indicações e diretrizes do Ministério da Saúde. Reiterou a necessidade da CT-Saúde ter acesso a todas as informações para que possam caminhar com a análise dos estudos. Marcelo Kokke disse que não cabe ao IAJ deixar de ouvir a outra CT que atua na área do meio ambiente, não

	<p>pode haver impedimento de manifestação para evitar fissuras no processo.</p> <p><u>Marcelo Kokke registrou que se tiver uma decisão que porventura suspender ou levar para uma perícia judicial, que todos se lembrem dos seus avisos dados nessa reunião.</u></p>
<p>Escopo do Programa – versão Abril/2020</p>	<p>A coordenação fez leitura da Minuta de Nota Técnica sobre a “Definição do Programa 14, versão de abril de 2020, referente à definição do Escopo do Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada. Na sequência, os membros fizeram considerações à NT. Sergio Rossi questionou que da aprovação da NT esta será encaminhada ao CIF, solicitou que a coordenação informe aos membros quais as pautas que a CT irá levar à discussão na próxima Reunião Ordinária da CIF. A coordenação informou que essa NT sendo aprovada nesta reunião, será realizada a solicitação de pauta ao CIF, que é quem define a pauta. Registrou a solicitação de aprovação das NTs que serão apresentadas na reunião Levada à deliberação, registro aprovação da NT de 2020 da CT-Saúde</p> <p><u>Levada à deliberação, registro aprovação da NT nº 42/2020 da CT-Saúde.</u></p> <p>A coordenação registrou a solicitação de aprovação das NTs que serão apresentadas no dia 20/08, na reunião do GT-Planejamento, para que possam ser levadas à pauta do CIF deste mês.</p> <p>Registro que houve consenso dos membros presentes. <u>Registro que as Notas Técnicas dos Planos de Ação dos Municípios de Mariana e Rio Doce que foram canceladas pelos membros do GT-Planejamento constam como aprovadas na presente reunião ordinária da CT-Saúde.</u></p>

Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador da CT-Saúde, Gian Gabriel Guglielmelli, agradeceu a presença de todos e, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos do dia doze do mês de março de dois mil e vinte, deu a reunião por encerrada.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 38ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e um.

Clécia de Almeida Ferreira

Secretária Executiva da Câmara Técnica de Saúde

Gian Gabriel Guglielmelli

Coordenador da Câmara Técnica de Saúde